

AGRICULTURA ORGÂNICA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: UMA VIABILIDADE PARA A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES EM POMBOS – PERNAMBUCO

Robson Soares BRASILEIRO¹

Resumo: O Estado de Pernambuco é marcado desde o período colonial pela monocultura da cana-de-açúcar, pelo latifúndio, pela exploração e expropriação do trabalhador rural e pelos graves impactos sócio-ambientais daí decorrentes. Num cenário mais recente, o estado tornou-se foco da luta pela reforma agrária, sendo alvo dos vários movimentos em prol da distribuição mais igualitária da terra. Atualmente, muitos assentamentos estão aderindo a práticas alternativas de cultivo como meio de fortalecimento da produção familiar e promoção da qualidade ambiental no meio rural. Nessa perspectiva, procura-se analisar até que ponto as novas práticas agrícolas estariam contribuindo para a conservação do meio ambiente no Assentamento Chico Mendes em Pombos – Pernambuco.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Assentamento; Agricultura Sustentável; Pernambuco.

Abstract: Ever since the Portuguese established their colonies in Northeast Brazil in the century, the State of Pernambuco bears the mark of its large-scale sugarcane plantations, with its associated large land estates, the exploitation and expropriation of rural workers and its share of grave social and environmental impacts. In a more recent scenario, the State has become the focus of the struggle for agrarian reform, being the object of attention of the various movements on behalf of a fairer land distribution policy. At present, many of the agrarian reform settlements are subscribing to alternative farming practices as a means to strengthen family production output as well as to improve the quality of the rural setting. In this perspective, an analysis is put into effect in order to assess to what extent the new farming methods might be contributing to the environment conservation at the Chico Mendes Settlement, in Pombos - Pernambuco.

Keywords: Agrarian Reform; Settlement; Sustainable Agriculture; Pernambuco.

1 - Introdução

A discussão sobre a agricultura familiar orgânica se torna mais dinâmica quando inserida em abordagens que envolvem a conservação dos recursos naturais, a ecologia, as reformas de políticas para a agricultura e a comercialização de alimentos, a renovação das relações urbano-rurais, a reforma agrária e a importância dos alimentos originados de assentamentos de reforma agrária.

Karam (2001) afirma que a agricultura orgânica, mais do que ecológica e tecnologicamente sustentável, representa, para a agricultura familiar, uma estratégia para a manutenção do modo de vida rural, da própria condição de social, uma vez que ela implica em valorização do conhecimento do agricultor, de tomadas de decisão da família, da troca/intercâmbio de trabalho, sementes e conhecimento com outros agricultores, o que significa, em última instância, uma atitude política diante das condições da vida social.

Na agricultura familiar orgânica, o interesse econômico e os interesses sociais podem realizar-se ao mesmo tempo. Pelo fato de a agricultura de base familiar ser desenvolvida numa relação mais equilibrada com o ambiente natural, ao utilizar-se de técnicas

¹ O presente texto é parte modificada de um capítulo da Dissertação de Mestrado defendida em 2006. BRASILEIRO, Robson Soares. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Laboratório de Estudos Sobre Espaço e Cultura (LECgeo) do Deptº de Ciências Geográficas da UFPE. e-mail: robsonbrasileiro@yahoo.com.br.

“tradicionais” de plantio e manejo dos recursos naturais, o agricultor familiar orgânico passa a ser estimulado por outras prioridades, que não sejam unicamente a otimização da produção e dos lucros, mas também, uma relação de reciprocidade com a natureza, sem descartar inovações baseadas na noção de adaptação ecológica.

As formas alternativas de produção agrícola, especificamente a agricultura orgânica, associam-se a alguns elementos essenciais para a sustentabilidade tais como: a preocupação ecológico-ambiental, a estrutura social agrária com base na unidade familiar e o trabalho agrícola direcionado ao associativismo e ao cooperativismo. Segundo Costa *et. al* (1999) atualmente, no Brasil, a integração desses elementos vem sendo constituída, ainda que lenta e penosamente, em pequenas propriedades e assentamentos rurais, como o aqui estudado.

De acordo com Carmo (1998), a produção familiar, dada as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o lócus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável.

O desenvolvimento sustentável analisado na ótica da agricultura familiar orgânica e com base na visão geográfica constata que os principais entraves são de natureza econômica, política e social, pois de um lado encontra-se o pequeno agricultor familiar com pouco acesso a recursos financeiros e políticos e do outro encontram-se os grandes proprietários que ditam as regras dos sistemas agrícolas, como é o caso da agroindústria canavieira em relação ao assentamento Chico Mendes.

Na geografia da agricultura a diferenciação espacial resulta basicamente das qualidades ambientais e da apropriação cultural e econômica do meio para fins de produção animal ou vegetal. As combinações entre desenvolvimento histórico das práticas sociais e o quadro natural, produzem especificidades na organização do espaço agrário e atualizações na sociedade, gerando o dinamismo da paisagem rural (MACIEL, 1997, p. 15).

Nessa perspectiva, observa-se o surgimento em Pombos de um “novo rural” no qual as alternativas de produção agrícola baseadas nos “sistemas orgânicos” estão sendo cada vez mais valorizadas pela agricultura familiar, ao mesmo tempo propiciando emprego e qualidade de vida aos agricultores familiares do antigo Engenho Ronda.

2 – A Modernização da Agricultura

A modernização da agricultura trouxe sérios problemas ambientais e para a saúde humana. Porém, antes que este processo se instalasse no Brasil, em alguns países do mundo a preocupação com o meio ambiente, juntamente com o consumo por alimentos mais saudáveis, já eram temas discutidos em conferências, encontros, artigos científicos e livros. Enfim, vários trabalhos de vanguarda, sobre a degradação ambiental, começaram a aparecer no decorrer da década de 1960.

No início da década de 1950 o mercado interno brasileiro já era alvo da expansão de multinacionais e apresentava certo grau de modernização, situação possibilitada através da articulação de grupos sociais dominantes no cenário nacional com a burguesia internacional (AGUIAR, 1986, p. 59).

Desde a década de 1960, grande parte do espaço agrícola brasileiro foi afetado pelo abandono de formas tradicionais de produção em favor de outras, tecnologicamente avançadas, propiciada pela internacionalização do pacote tecnológico popularmente chamado de “Revolução Verde”, a exemplo de outros países do Terceiro Mundo. Na visão de Graziano Neto a chamada modernização da agricultura tal como aconteceu no Brasil não é outra coisa

que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia nacional e internacional da época:

A introdução de tecnologias químico-biológicas, principalmente, visa intensificar a produção numa mesma área, elevando a produtividade física e permitindo uma maior taxa de lucro na atividade. Ou então, através de variedades selecionadas geneticamente, conjuminadas com sistemas de cultivos adequados, procuram reduzir o tempo de produção das atividades agropecuárias, trazendo como consequência uma maior rotação do capital e maior lucratividade (GRAZIANO NETO, 1985, p. 37).

A criação do Estatuto da Terra (30/11/1964), marco legal fundamental da política fundiária brasileira, estabelece duas grandes orientações normativas sobre a política agrária: as bases institucionais para realização de uma Reforma Agrária, e o princípio de inviolabilidade da chamada empresa rural (DELGADO, 1985, p. 98). No entanto, as propostas reformistas do Estado embutidas no Estatuto da Terra acabaram por não se concretizar em virtude do comprometimento das alianças políticas estabelecidas entre os políticos militares e os proprietários de terras.

Dessa forma, a agricultura passou a priorizar a produção em grande escala, buscando a redução de custos para ofertar um produto com preços menores, visando aumentar o mercado consumidor. Passou-se, assim, de um processo mais rudimentar de produção para uma atividade industrializada, dependente de insumos externos à propriedade, sendo que o Brasil integrou-se ativamente nesta dinâmica, com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e através também dos investimentos privados.

No entanto, esse cenário começa a modificar-se nos anos mais recentes. A década de 1990 é marcada por uma ampliação da preocupação mundial com as questões ligadas à saúde humana e com a preservação ambiental, preocupações estas desconsideradas pela então agricultura convencional. Assim, o foco central das novas tendências em política agrícola volta-se para a sustentabilidade. Um fato relevante que impulsionou o questionamento da agricultura convencional em nosso país foi à própria conferência ECO-92 (Rio de Janeiro).

Dentro das diversas opções da agricultura sustentável, a agricultura orgânica surge como alternativa para parte dos problemas da agricultura moderna. O rural passa a ser cobrado como um locus gerador e difusor da segurança alimentar e ambiental, procurando minimizar os efeitos causados pelo desvario tecnológico e mercantil ocasionado pela globalização.

A agricultura orgânica pressupõe uma preocupação intensa com a autonomia do produtor, perante o mercado, no mesmo momento que procura a harmonia entre o meio ambiente e a produção agrícola. A prática deverá ser a menos impactante possível, mesmo aceitando que é impossível eliminar todo e qualquer dano ao meio ambiente.

Importante ressaltar, que não se trata de banir a agricultura moderna, mas valer-se das vantagens da agricultura orgânica para garantir a apropriação de uma parcela maior da mais valia produzida pelo agricultor, que hoje não fica em suas mãos, além de buscar um melhoramento ambiental viável e eficiente.

3 – Algumas Características Geográficas do Município de Pombos

O município de Pombos localiza-se mais precisamente na Microrregião de Vitória de Santo Antão no Estado de Pernambuco. Segundo a divisão oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Mesorregião da Mata Pernambucana está dividida em:

Microrregião da Mata Setentrional, também conhecida como Mata Seca, Microrregião de Vitória de Santo Antão e Microrregião da Mata Meridional ou Mata Úmida.

Na Microrregião da Mata Setentrional encontram-se vastas áreas planas propícias para a cultura da cana-de-açúcar. Já na Microrregião de Vitória de Santo Antão observa-se áreas propícias à monocultura da cana-de-açúcar e hortifrutigranjeiros. Na Microrregião da Mata Úmida encontram-se extensas áreas de relevo bastante movimentado sob o plantio da monocultura da cana-de-açúcar e os índices pluviométricos são mais expressivos do que na Mata Setentrional. Nesta zona os tabuleiros praticamente desaparecem e surge uma superfície colinosa, com domínio de formações mamelonares, que se estendem até o sopé da Borborema (ANDRADE; ANDRADE, 2001, p. 18):

Foi Vasconcelos Sobrinho que na década de 1950, ao escrever importante livro sobre as regiões naturais, o meio e a civilização de Pernambuco, distinguiu duas regiões da Mata, aquela situada ao norte do Recife, a chamou de Mata Seca e a situada ao Sul, que chamou de Mata Úmida (ANDRADE, 2006, p. 11).

Segundo a divisão da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco CONDEPE/FIDEM) a Mesorregião da Mata Pernambucana compreende duas regiões geográficas: Mata Norte e Mata Sul. “Na Mata Pernambucana/Domínio Canavieiro vivem atualmente cerca de 2.537,3 mil pessoas, representando, aproximadamente 35,6 % da população pernambucana, com uma densidade demográfica de 211,77 hab./Km² superior a média do Estado, de 72,32 hab./Km²” (SICSÚ, 2000, p. 112).

O município de Pombos possui 235,1 km² subdividido em três distritos (Mapa 1), a sede municipal localizada a 08° 08' 29" de latitude sul e 35° 23' 45" de longitude oeste, Dois Leões e Nossa Senhora do Carmo. É importante ressaltar que o assentamento Chico Mendes está inserido entre esses três distritos.

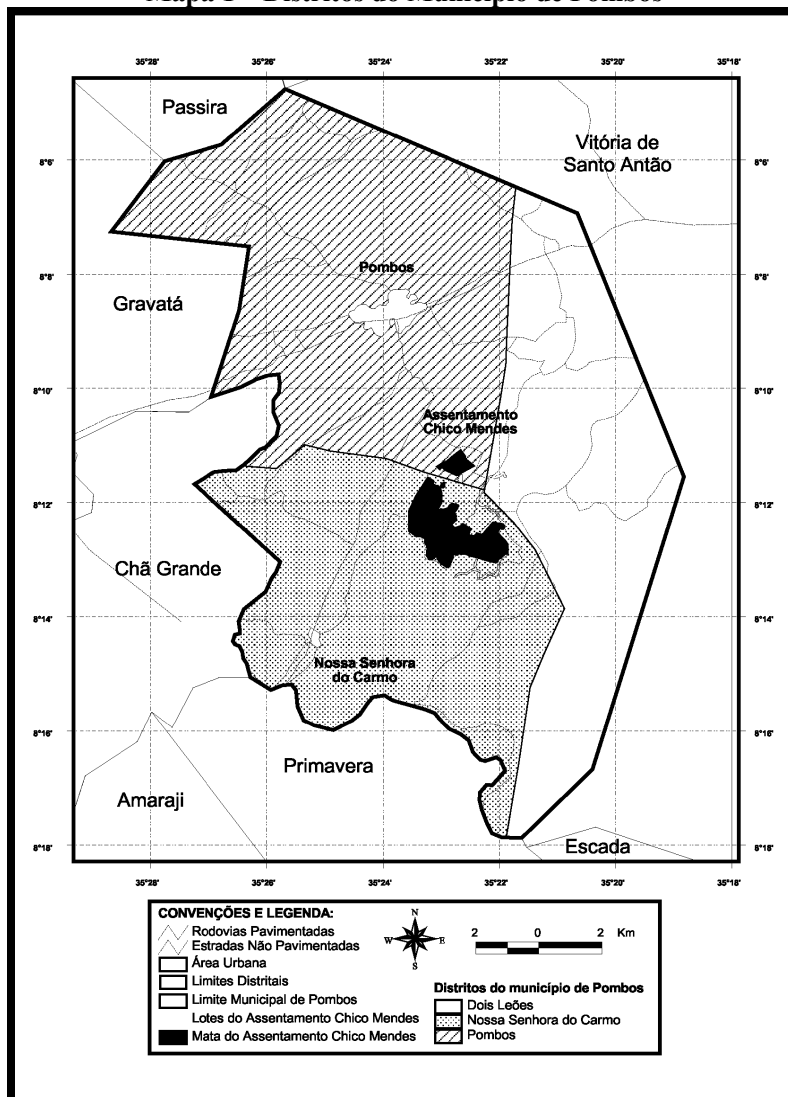
Segundo o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2000, a população total é de 23.351 habitantes. Sendo 13.979 habitantes na área urbana e 9.372 habitantes na área rural.

É importante destacar que o percentual de população urbana (59,9%) não é tão superior ao da população rural (40,1%). Isto acontece, talvez, devido à presença do assentamento Chico Mendes no referido município, da existência dos Distritos sede, Dois Leões e Nossa Senhora do Carmo os quais têm um percentual de população rural bem superior ao de urbana, refletindo a importância das lavouras.

O município insere-se em três Unidades de Paisagem: as Encostas Orientais do Planalto da Borborema, as Encostas Setentrionais do Planalto da Borborema, tendo em seu território algumas elevações que constituem os primeiros degraus deste maciço e o Planalto Litorâneo Rebaixado. Sua cobertura vegetal predominante é do tipo caatinga hipoxerófila, mas há áreas expressivas de floresta úmida ou sub-úmida devido às características geomorfológicas em que esta inserido. Assim, Pombos possui duas áreas distintas: uma mais úmida, situada na porção sul do município e outra seca localizada ao norte (PROMATA, 2003, p. 29-30).

Na porção sul do município os solos são férteis e há abundância de recursos hídricos propiciando o desenvolvimento de algumas práticas agrícolas tais como: monocultura da cana-de-açúcar, cultivo de produtos orgânicos, agricultura de subsistência, criação de animais e a preservação de fragmentos de mata atlântica, porém com algumas limitações devido à movimentação do relevo. Esta parte é conhecida popularmente como “Brejo” ou “Sul” (em referência à Mata Sul), na qual pode-se observar plantações de cana-de-açúcar com frequência expressiva e, nos vales mais úmidos nota-se a presença de pequenos engenhos tradicionais transformados em fornecedores de cana para as usinas.

Mapa 1 – Distritos do Município de Pombos



Fonte: INCRA, 2000; SUDENE/ITEP, 1974; IBGE, 2001 / Designer Gráfico: Fernando Ramal

Nesta porção municipal a paisagem é bastante dinâmica devido à presença do antigo Engenho Ronda, hoje assentamento Chico Mendes, pequenos sítios e outros assentamentos de reforma agrária, isso em área de decadência dos engenhos de cana-de-açúcar. Os dois terços do território que ficam localizados ao norte consistem numa área de transição da Mata Sul para o Agreste. Essa parte do município é mais seca, os solos não são tão férteis e existe escassez de recursos hídricos. “Coerentemente esse sub-espço do município é muito conhecido pelos agricultores como 'Sertão de Pombos', denominação que remete às suas características de baixa pluviosidade, solos litólicos e presença de vegetação caatinga” (ANDRADE; ANDRADE, 2001, p. 31).

No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca do Sertão, também quente, porém, seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam

os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra se firma uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da mata e outros tão secos como o do Sertão, alterando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste (ANDRADE, 1998, p. 25).

A parte nordeste do município de Pombos é menos marcada pela escarpa da Borborema, enquanto que o noroeste apresenta relevo mais íngreme, com alinhamento de serras e amplas faixas secas a sotavento destes. Deste modo, a parte noroeste é bem mais seca que o nordeste de Pombos. Esses fatores tornam o desenvolvimento agropecuário nesta área bastante limitado.

Porém, segundo alguns moradores da redondeza, apesar desta parte do município sempre ter sido mais seca, já apresentou um clima mais ameno. Um dos fatores dessa mudança pode ter sido reflexo dos grandes desmatamentos e erosão ocorridos freqüentemente nesta área, seja para o preparo de áreas para o plantio de cana-de-açúcar, capim, abacaxi, seja para a produção de carvão ou mesmo para fornecer lenha para as casas de farinha, sendo estes dois últimos produtos muitas vezes retirados de “capoeiras”.

A natureza quando atacada, destruída, reage, transformando-se e às vezes, pode até se reconstituir, mas nunca será uma reconstituição idêntica à natureza primitiva que foi violada pelo homem. O homem destruiu a floresta que recobria as encostas da Borborema, na área denominada vulgarmente de Serra das Russas, com o fim de obter lenha para as locomotivas da estrada de ferro e para as padarias, a vegetação se reconstituiu mas não sob a forma de floresta, e sim de uma vegetação de caatinga semelhante àquela existente no topo do maciço (FREYRE, 1948 apud ANDRADE; ANDRADE, 2001, p. 18).

Na parte sul existe predominância do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar e o assentamento Chico Mendes com destaque para a reserva de Mata Atlântica localizada em suas terras, já a parte norte encontra-se os contrafortes orientais da Borborema, policulturas, chácaras, granjas e pecuária semi-extensiva.

4 – O Assentamento Chico Mendes e as Potencialidades para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

O Engenho Ronda, atualmente denominado assentamento Chico Mendes, pertencia a antigos produtores de cana-de-açúcar na localidade de Pombos. Historicamente este engenho faz parte de um conjunto de propriedades situadas no sudeste do município de Pombos e oeste de Vitória de Santo Antão, cuja vocação era para a agroindústria canavieira.

O Assentamento possui uma área total de 1.758 hectares dos quais 1.246 são destinados às atividades agropecuárias e moradia para 90 famílias, e 512 hectares de mata atlântica são destinados à preservação. A conservação dessa área de floresta traz grandes benefícios ambientais para os assentados, pois guarda a nascente do rio Pirapama e garante os recursos hídricos para o assentamento e, ao mesmo tempo, protege a fauna e flora da região.

A manutenção da área verde é tida como um incentivo para a produção orgânica, sendo vista como uma iniciativa pioneira entre os assentamentos de reforma agrária, projetando o município de Pombos no quadro pernambucano em termos de atividades agroecológicas.

Neste contexto de agricultura agroecológica, o assentamento Chico Mendes é visto como um núcleo de conservação ambiental. Pois os fatores históricos, a sua peculiar posição

geográfica dentro do estado de Pernambuco e seus sítios montanhosos, resistem aos desgastes maiores, ao contrário de áreas vizinhas que são fortemente afetadas por vários impactos ambientais, notadamente o intenso desmatamento.

O assentamento é bastante diversificado com relação às potencialidades naturais, pois, além de possuir uma área de 512 hectares de mata atlântica relativamente preservada, guarda certa abundância com relação aos recursos hídricos. Às margens dessa reserva de mata atlântica nasce o rio Pirapama e o rio Canhas (afluente do rio Tapacurá e este por sua vez afluente do Capibaribe); além disso, o próprio assentamento é cortado por afluentes de outros rios tais como: rio Itapecirica, que deságua no rio Tapacurá, rio Água Azul e os riachos perenes São João Novo e Pau Amarelo.

Estas especificidades contribuem para a boa oferta hídrica nesta porção do município (Sul e Sudoeste), como também contribui de forma decisiva para a prática da agricultura orgânica, servindo como potencialidade para o assentamento. Os solos são propícios para a prática do cultivo orgânico e a regularidade das condições pluviométricas colabora bastante para o desenvolvimento desse tipo de agricultura entre os assentados.

O assentamento, sob o ponto de vista edáfico-climático², possui todos os pré-requisitos para o desenvolvimento da agricultura orgânica: boa fertilidade do solo, abundância de recursos hídricos, matéria orgânica suficiente dentre outras qualidades. Muito embora a área do assentamento tenha sido parcialmente cultivada por vários anos com a monocultura da cana-de-açúcar convencional. A área onde hoje se localiza o referido assentamento foi desapropriada em 1998 para o processo de reforma agrária, donde já se conta mais de meia década de conservação.

5 – A Mata de Ronda como Potencial Natural para Agricultura Orgânica

Como foi mencionado anteriormente, o assentamento Chico Mendes possui 29,12% de sua área com mata atlântica preservada, servindo como princípio incentivador para o sistema de cultivo orgânico entre a maioria dos agricultores. Essa mata fornece uma grande potencialidade para a prática desse modelo de agricultura, já que possui uma grande biodiversidade.

No assentamento, das 90 famílias assentadas, 40 praticam agricultura orgânica e algumas, agricultura de roça sem o uso de agroquímicos. Observando-se o mapa 2, constata-se que dos 40 lotes produtores de orgânicos 24 têm seus limites próximo à mata de Ronda. Isso é um fato importante, pois essa prática de cultivo não causa impactos significativos e ao mesmo tempo preservam a mata garantindo a perpetuidade das nascentes que ali se encontram.

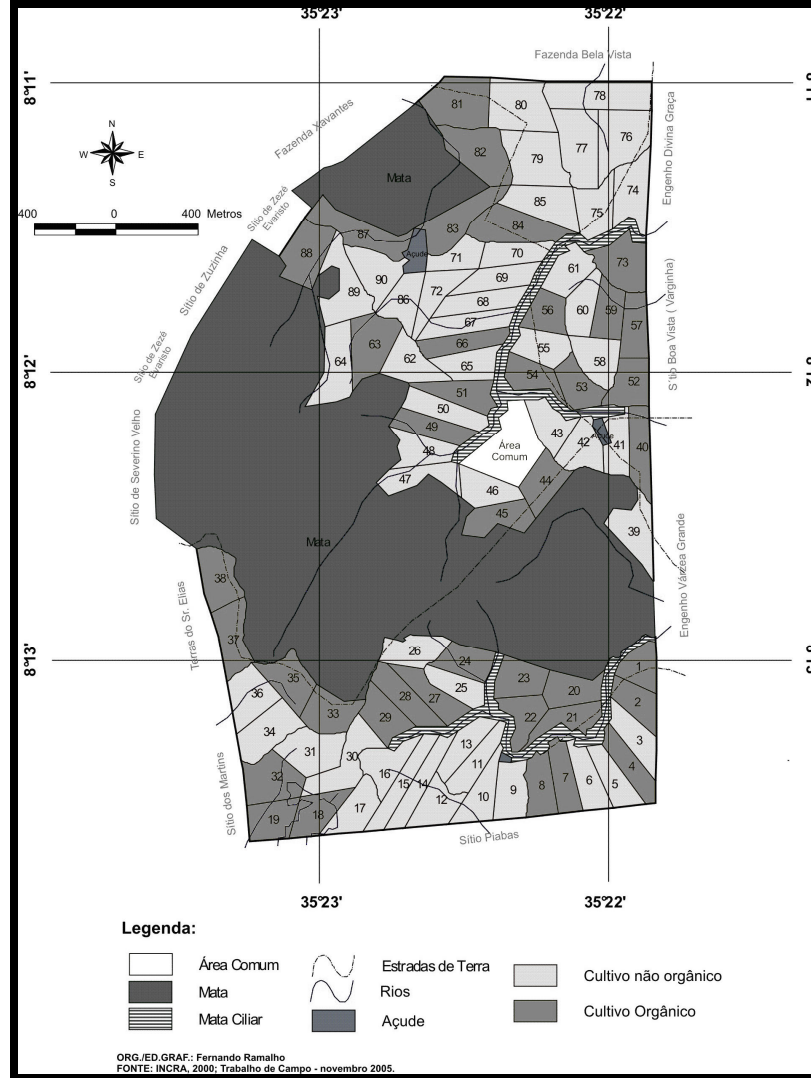
Porém, ao se caminhar por dentro dessa reserva de mata observa-se algumas rugosidades, ou seja, ainda existem marcas de antigos desmatamentos ressaltados pela presença de uma vegetação secundária de porte menor, caracterizando ação antrópica de um passado recente. Além disso, observa-se no interior dessa reserva vestígios de antigas estradas e restos de alicerces de casas de moradores dos engenhos. Trata-se, portanto, de uma área parcialmente em sucessão ecológica, com condições favoráveis à recuperação de sua fauna e flora.

Com o passar do tempo, a mata vem se recuperando e sendo preservada. Ao longo dos anos esses vestígios tendem a desaparecer, ao mesmo tempo processa-se uma nova etapa tanto no ciclo natural como também dentro da própria história dessa localidade.

² Concernente à parte agrícola ou coloidalmente mais ativa do solo e sua relação com o clima de determinada região (GUERRA, 1997, p. 218).

Atualmente os próprios assentados procuram fazer vistorias com freqüência no interior da mata, até porque muitas vezes se tiram madeiras dessa localidade pelo fato da difícil percepção dos impactos causados. Já na borda da mata esses impactos são mais perceptíveis e dificultam mais a retirada de madeira de forma ilegal.

Mapa 2 – Lotes com Cultivos Orgânicos no Assentamento



Outro problema são os incêndios provocados acidentalmente, esses costumam ocorrer mais nos períodos da colheita da cana-de-açúcar, pois o assentamento faz fronteira com engenhos que, para facilitar o corte da cana, ateiam fogo nas palhas. Dependendo da posição do vento e de sua intensidade, às vezes corre-se o risco de uma fagulha ser levada em direção à mata.

Segundo os próprios assentados, esses tipos de impactos já foram de maior freqüência, hoje em dia praticamente não acontecem, até porque as pessoas da localidade estão tomando consciência da importância da preservação da mata de Ronda para o desenvolvimento das práticas agrícolas e das características da diversidade natural do município e de municípios vizinhos, já que os rios que nascem dentro dela cortam também outros municípios.

Segundo Albagli (1998), a diversidade da vida é elemento essencial para o equilíbrio ambiental, pois quanto maior a simplificação de um ecossistema, maior a sua fragilidade.

Shiva (2003) possui semelhante opinião ao afirmar que a diversidade é uma característica da natureza e a base da estabilidade ecológica. A conservação da referida mata, portanto, coaduna-se com a agricultura sustentável.

Ecossistemas diversificados fazem surgir formas de vida e culturas diversificadas, pois a diversidade cultural e a diversidade biológica andam de mãos dadas. A biodiversidade oferece também condições para que o ser humano adapte-se às mudanças operadas em seu meio físico e social e disponha de recursos que atendam as suas novas demandas e necessidades.

Hoje em dia alguns assentados têm a consciência da importância em manter a mata de Ronda preservada e mesmo recuperada, pois sabem do perigo de uma ação degradadora nessa área, já que a mata tem uma boa biodiversidade e também protege a nascente do rio Pirapama, alguns afluentes de outros rios e riachos.

Portanto, a partir das potencialidades naturais e da biodiversidade observadas na área do assentamento, verifica-se, que a prática da produção orgânica utilizada pelos agricultores assentados no Chico Mendes, bem como de outras localidades, também se constitui em uma potencialidade por se tratar de uma atividade produtiva menos impactante ao meio natural, contribuindo para uma boa convivência com a diversidade ecológica da mata e conservação dos solos e recursos hídricos.

Assim, observa-se, uma relação de mão-dupla, pois se por um lado, os agricultores familiares assentados ao produzirem organicamente contribuem para a conservação do meio ambiente, por outro, a mata de Ronda, por se tratar de um ambiente preservado nas imediações dos plantios, é de grande importância para o equilíbrio necessário quando se trata de produção orgânica, da manutenção dos recursos hídricos e da preservação da biodiversidade na área do assentamento. Desta forma, tal prática faz com que a área do assentamento torne-se uma peculiaridade dentro do município de Pombos.

6 – A Diversificação da Produção Orgânica no Assentamento

Na produção ecológica é indispensável que as relações entre quem produz e o meio ambiente sejam pautadas pelo respeito e cuidado com a conservação dos recursos naturais. Se considerarmos que os seres humanos fazem parte do meio ambiente natural, as relações entre os diferentes sujeitos participantes da cadeia de produtos ecológicos devem desenvolver-se pelo respeito e pela ética. Na busca da sustentabilidade, a produção agroecológica, ecológica ou orgânica, tem como elementos fundamentais a conservação da natureza, a viabilidade econômica, a justiça social e a adequação cultural.

A relação do produtor orgânico com a natureza no assentamento busca um maior equilíbrio ambiental, pois estes sabem que os recursos naturais se não forem manuseados de forma correta podem degradar-se com danos permanentes ao meio ambiente e a produção agrícola. Essa consciência ecológica é resultado da ação educativa dos órgãos governamentais (INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e IPA – Instituto de Pesquisas Agropecuárias de Pernambuco), como também de organização não-governamental (SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa), da iniciativa de uma das lideranças locais, da influência de alguns meios de comunicação (TV, rádio e jornal) e da existência de um mercado promissor para produtos orgânicos, os agricultores do Chico Mendes procuram aprimorar seus conhecimentos dentro das alternativas de produção agroecológica.

A especialidade da produção orgânica no assentamento é a hortifruticultura. Porém, existem projetos para o desenvolvimento de outras atividades agropecuárias tais como: criação de galinhas alimentadas à base de ração orgânica, plantação de cana para o fabrico do açúcar orgânico, experiências com agrofloresta e criação de gado. Essas atividades

representam uma diminuição dos riscos de empobrecimento familiar frente às situações de comercialização da produção, geração de outras fontes de renda e dos recursos necessários para as despesas correntes com o consumo familiar.

O assentamento possui uma produção familiar orgânica bastante diversificada, com cultivo de legumes, verduras e frutas. Essa diversificação, além de ser uma exigência do meio de comercialização da produção (as feiras livres especializadas em produtos orgânicos), é também uma característica da própria produção da agricultura familiar alternativa.

Além de verduras e legumes, muitos dos assentados também cultivam frutas em seus lotes. Porém, no caso das frutas, a variedade é um pouco menor da que se observa na parte de horti-olericultura; isso porque, as frutas têm um ciclo de produção mais demorado, definido pelas estações do ano.

7 – Agricultura Orgânica e a Qualidade de Vida no Assentamento Chico Mendes

Nas mais diversas áreas da ciência dissertam-se sobre qualidade de vida. O único consenso é que a noção é ampla e que está em construção. Definir com precisão o que é qualidade de vida e sua contribuição para o bem-estar de um indivíduo ou de um grupo é arriscado e sempre polêmico. Para exemplificar a imprecisão do termo, pode-se observar as mudanças que a idéia de qualidade de vida vem assumindo ao longo do tempo. A qualidade de vida dos povos das sociedades antigas estava em não ser ameaçado pelos deuses, pelos inimigos e pelas intempéries naturais: “a vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina” (BUARQUE, 1993, p. 1).

Nos séculos XVIII e XIX, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver nas cidades e controlar a natureza. A partir do século XX a qualidade de vida se constitui em uma busca utópica do ser humano, um “ideal da contemporaneidade” transformado em consumo (BARBOSA, 1996, p. 125). Essa condição tem por base o conceito de qualidade de vida ligado à vida urbana, ao industrialismo moderno e aos bens de consumo. Este conceito se torna irrealizável, na medida em que não é possível disponibilizar tais bens a todos. Barbosa (1996, p. 142) cita que “o processo civilizatório foi incapaz de construir a utopia” e trouxe um sentimento de fracasso perceptível nos indivíduos em sua busca pela qualidade de vida. Esse sentimento surge à medida que se reconhece a impotência da capacidade de consumo e da estabilidade econômica em proporcionar qualidade de vida.

A expressão “qualidade de vida” foi empregada pela primeira vez em 1964, pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, quando declarou que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (JOHNSON, 1964 apud FLECK et. al, 1999, p. 20). A partir dessa visão, torna-se mais complexa a noção de qualidade de vida inicialmente partilhada por cientistas sociais, filósofos e políticos. A noção sai do âmbito econômico e se expande para outras áreas de conhecimento. A partir de atributos mais subjetivos, como a saúde e o bem-estar, os esforços que buscavam medir ou quantificar qualidade de vida aproximaram as ciências humanas e biológicas da discussão.

Atualmente, a noção de qualidade de vida, eminentemente humana, transita em um campo semântico polissêmico por estar, de um lado, relacionada ao modo, condições e estilos de vida e, de outro, a idéias de desenvolvimento sustentável, de ecologia humana, de desenvolvimento, de direitos humanos e sociais. Tem sido aproximada “ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural dos elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 8-10).

Também o fato de existir uma abordagem universal de qualidade de vida, comum a todos os seres humanos, é questionado e considera-se que qualidade de vida é uma noção determinada a partir de uma cultura específica. São justamente essas considerações e as dimensões de caráter subjetivo determinantes de qualidade de vida que interessam particularmente a este estudo, uma vez que elas também aparecem nos estudos sobre a Agricultura Familiar Orgânica, que apontam a qualidade de vida como um elemento importante para se examinar o desenvolvimento sustentável no meio rural. Considera-se aqui que essas dimensões servem de “ponte” para discutir a relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica.

A qualidade de vida observada no assentamento Chico Mendes esta relacionada a aspectos subjetivos e objetivos. Objetivo porque os assentados do referido assentamento têm hoje em dia uma vida bem melhor de que há 10 anos atrás quando trabalhavam nas lavouras da monocultura de cana-de-açúcar e se quer tinham um pedaço de terra para plantar. Em fim, eram proletários as margem da sociedade. Hoje esses agricultores têm seu pedaço de chão para realizarem seus sonhos e desejos por uma vida melhor para si e seus filhos. Esses são apenas alguns aspectos de melhoria de qualidade de vida dentro do assentamento. Outro ponto bastante positivo esta relacionado ao desenvolvimento de práticas de cultivo que prejudicam menos ao meio ambiente, ou seja, os agricultores do assentamento Chico Mendes desenvolvem uma agricultura de base agroecológica procurando manter sempre uma relação amigável com a natureza.

Os aspectos subjetivos podem-se notar através do comportamento dos agricultores do assentamento, pois hoje em dia muitos deles têm o hábito de consumir frutas, verduras e legumes orgânicos em suas refeições. E grande porcentagem desses agricultores trabalham com agricultura orgânica, ou seja, não correm o risco de se intoxicar com agroquímicos, pesticidas ou outros tipo de veneno usado nas lavouras. Pois durante trabalhos de campo muitos afirmaram que estão tendo uma vida bem melhor e proporcionando a família uma melhor qualidade de vida.

Para Karam (2001), a agricultura orgânica é percebida não somente como um sistema produtivo que rompe com o Padrão Técnico Moderno, mas, também, como ferramenta de um projeto social voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar. Dentro dessa percepção, ela assume como premissa a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos agricultores, respeitando o ambiente físico e social onde vivem.

8 – Considerações Finais

A agricultura familiar orgânica é transmitida como alternativa de desenvolvimento rural sustentável nas pequenas propriedades familiares, buscando conservação do meio ambiente e a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ao meio ambiente e com retornos econômicos satisfatórios. Alguns agricultores no assentamento Chico Mendes não optam pelos métodos de produção agrícola alternativo, por não acreditar que seja possível produzir sem agrotóxico e ao mesmo tempo manter o nível de produtividade das parcelas ou acharem que o mercado é muito elitista para os produtos orgânicos.

Este tipo de agricultura, analisada dentro da dimensão de conservação ambiental e cultural, torna-se uma estratégia para o re-equilíbrio da natureza no meio rural e na atividade agrícola. Isso porque o sistema de produção orgânico, ao retomar métodos de produção que respeitem os princípios naturais dos ecossistemas envolvidos e ao considerar a cultura local rural, está de alguma forma, reaproximando os seres humanos que vivem nesse ambiente da noção de natureza como parte da essência humana.

Percebe-se que o interesse de se produzir organicamente no assentamento depende, basicamente, do estímulo aos assentados e dos benefícios que essa prática agrícola pode trazer para suas famílias. Entre os benefícios podemos citar a conservação do meio ambiente, principalmente água e solo, produtos livres de agrotóxico, uma melhor qualidade de vida tanto para quem produz como para aqueles que consomem esses produtos e finalmente um nicho no mercado para garantir uma comercialização vantajosa (talvez o dado mais importante).

Müller (2001) corrobora essa visão quando disserta sobre a adoção da agricultura orgânica como propulsora da qualidade de vida que supera a racionalidade meramente produtivista da agricultura:

Neste sentido, é de fundamental importância para o agricultor familiar a possibilidade de poder construir um "ambiente saudável", em relação ao lugar que optou para trabalhar, mas também para viver. Assim, pode-se dizer que a prática agroecológica, de certa forma pode fazer juntar "o útil ao agradável", contribuindo para a realização do agricultor familiar não somente na esfera produtiva e econômica, mas também enquanto sujeito "social e cultural", mediante a possibilidade de resgatar ou mesmo de reproduzir os atributos de sua "campesinidade", enfim, de seu "modo de vida". (...) Essas representações também ultrapassam a realização econômica como a principal dimensão da produção agroecológica (MULLER, 2001, p. 188-189).

Outros fatores também foram observados como primordiais no assentamento estudado para a prática da Agricultura Familiar Orgânica, tais como: a eliminação do atravessador, autonomia na comercialização da produção, mercado e público certo para negociação da produção, assim como conservação do solo e dos recursos hídricos.

Como quer que seja, observa-se que a prática da agricultura familiar orgânica é uma experiência inovadora para os agricultores do Chico Mendes; esse tipo de técnica agrícola é vista como uma alternativa viável na produção familiar em si, e no domínio de seus atributos culturais mais amplos. A partir do momento em que os assentados utilizam insumos e técnicas de cultivo ecologicamente corretas, somando esses recursos à experiência de vida no campo, alguns acabam ultrapassando a simples prática do cultivo e, se estendem a inter-relações e complementaridades, fortalecendo a tradição e identidade na agricultura familiar e tornando-se produtores ao mesmo tempo independentes e solidários.

A prática da agricultura familiar orgânica no assentamento Chico Mendes, ainda que em consolidação, representa uma ruptura com a herança da localidade, já que a mesma era área de antiga monocultura de cana-de-açúcar e ainda hoje faz fronteira com outros engenhos canavieiros. Essa experiência inovadora no assentamento é tida como uma condição para uma melhor qualidade de vida desses agricultores, o que seria "mais difícil" em outros espaços geográficos, principalmente na "*plantation*" canvieira ou no meio urbano.

Para os assentados, manter ou recriar a identidade de agricultor familiar significa, em termos concisos, preservar as condições de produção autônoma de alimentos, sobretudo para estabelecer as relações de integração com as outras famílias, fortalecendo, assim, os laços sociais de solidariedade e de reciprocidade que fundamentam a agricultura familiar.

9 – Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis/CNPq, 1986. 156p.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Brasília: Edições: IBAMA, 1998.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C de. **A Cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana/reestruturação Produtiva da Área Canavieira de Pernambuco nas Décadas 1980 e 1990: Impacto Ambiental, Sócio-econômico e Político**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

ANDRADE, M. C. de. **Na Região da Mata Norte**. Jornal do Comércio, Recife, 08 de janeiro de 2006. JC Opinião, p. 11.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos: As Relações entre Qualidade de Vida e Agricultura Familiar Orgânica: Da Articulação de Conceitos a um Estudo Exploratório**. Florianópolis, 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

BARBOSA, S.R.C.S. **Qualidade de Vida e suas Metáforas: Uma Reflexão Sócio-Ambiental**. Campinas, 1996.303f.Tese (Doutorado em Sociologia).Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

BUARQUE, C. Qualidade de Vida: A Modernização da Utopia. *In: Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo n. 31, p.1-22, 1993.

CARMO, Maristela Simões do. A Produção Familiar como Locus Ideal da Agricultura Sustentável. *In: FERREIRA, Ângela Duarte D. e BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.), Para Pensar Outra Agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998 - p. 215-238.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. BRUNO, Regina. MOREIRA, Roberto José. **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 352.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: UNICAMP/ÍCONE, 1985.

FLECK, M.P.A *et al.* Desenvolvimento da Versão em Português do Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da OMS (WHOQOL-100). *In: Rev Bras Psiquiatre*. v.21, n.1, p.19-27, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo: BRASILIENSE, 1985. 155p.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2000.

KARAM, K. F. **Agricultura Orgânica: Estratégia para Uma Nova Ruralidade**. Curitiba, 2001. 232 f.

MACIEL, Caio A. A. (org.). **Terra de Cana, Terra de Gado: Ensaio de Geografia Agrária no Norte Fluminense**. Relatório de pesquisa PROPP/UFF-CNPq. Niterói-RJ, 1997.

MULLER, J. M. **Do Tradicional ao Agroecológico: As Veredas das Transições: O Caso dos Agricultores Familiares de Santa Rosa de Lima, SC**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MINAYO, M.C.S; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e Saúde: Um Debate Necessário. *In Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva*. V.5, n.1, p.7-18, 2000.

PROMATA. **Diagnóstico Participativo: Município de Pombos – Recife, 2003**. Consórcio Diagonal/GTZ, 141p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. Editora – Gaia. São Paulo. 2003.

SICSÚ, A. B. **Inovação e Região**. Recife: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2000.

Recebido para publicação em 30 de outubro de 2008.
Aceito para publicação em 26 de fevereiro de 2009.